



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 **5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE** 2 **FRANCA – 29 DE OUTUBRO DE 2020.**

3 Ao vigésimo nono (29º) dia do mês de outubro de dois mil e vinte, às nove horas (9h00), iniciou-se a quinta (5ª)
4 reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, no formato virtual devido a situação de
5 emergência em saúde pública da Covid-19, conforme recomendações e orientações normativas, realizada por
6 meio da plataforma de videoconferência da Prefeitura pelo link: <https://conferencia.franca.sp.gov.br/b/mar-fx9-wn9>. A reunião foi coordenada pela Presidente e Conselheira Titular do Poder Público, representando a Unidade
7 Municipal de Assistência Social, Senhora Lucinéia Silva Sartori Coelho. Estiveram presentes na reunião vinte e
8 sete (27) conselheiros(as), sendo quatorze (14) da Sociedade Civil e treze (13) do Poder Público, com (as) os
9 seguintes **Conselheiros(os) Titulares**: Mario Fernando Mantovani, Roberta Moraes Lucas, Clóves Plácido
10 Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Ana Paula Pinto Marafiga Ribeiro, Óiter Cassiano Marques, Laura
11 Cristina Gomes Lima, Maria Aparecida Moraes Oliveira, Lucinéia Silva Sartori Coelho, Andréa Fernanda de Faria
12 e Sousa, Luiz Antônio Cintra Filho, Leandro Ferreira. **Conselheiros Suplentes na Titularidade**: Rute Alves
13 Silveira, Josiane Aparecida Antunes Campos, Claudia Maria Fragozo Cerqueira, Roberta Pucci de Melo, Éder
14 Furtado Ribeiro, Ana Maria Aparecida Garcia Bisco, Sílvia Helena Bertolino dos Santos. **Conselheiros**
15 **Suplentes**: Rosemar da Silva, Carlos Eduardo dos Santos, Luzia Regina Alves, Wagner José de Oliveira, Irene da
16 Conceição Silva, Gisleide Branquinho Ramos, Willian de Freitas Aguiar, Fábio Augusto Tavares Mishima.
17 **Conselheiros(as) que justificaram ausência**: Valdety Souza Vilar Gilberto, Geraldine Garcia Fuga Menezes,
18 Yheda Maria Lanes Gaioli, Iara Flávia Afonso Guimarães e Juliana Rossato Souza Rodrigues. Também
19 participaram da reunião, a Gestora da Assistência Social, Eliete Maria Neves, conselheiros e conselheiras que
20 encerraram o mandato nesta data, bem como, outros(as) convidados(as). A pauta da reunião foi aprovada da
21 seguinte forma: **1 – Ordem do dia: Chamada e Verificação de quorum; – Apresentação das justificativas dos**
22 **conselheiros ausentes; 2 – Deliberação sobre a ata da 7ª Reunião Ordinária e da 4ª Reunião Extraordinária; 3**
23 **– Aprovação da pauta; 4 – Assuntos – 4.1 – Recomposição das Comissões de Trabalho; 4.2 – Orientações sobre**
24 **Eleição Mesa Diretora CMAS – dia 05.11 em Reunião Ordinária; 4.3 – Devolutiva sobre encaminhamentos e**
25 **reuniões realizadas; 4.3.1 – Audiência com MP – Centro POP; 4.3.2 – Reunião com Secretária de Finanças –**
26 **realizada dia 28.10 – 10h; 4.3.3 – Avaliação da Roda de Conversa com Candidatos(as) a Prefeito(a) realizada**
27 **dia 28.10 – 19h.** A Presidente Lucinéia, iniciou a reunião cumprimentando os presentes e passou a palavra para a
28 Secretária Executiva, Maria Amélia, que realizou a chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do
29 quórum, bem como, os(as) conselheiros(as) titulares e os(as) suplentes na titularidade. As justificativas de
30 ausência também foram apresentadas no momento da chamada. Dando sequência, Maria Amélia informou que o
31 quórum de leitura antecipada das atas da 7ª Reunião Ordinária e 4ª Reunião Extraordinária foi atingido e assim as
32 considerações sugeridas foram exibidas e aprovadas durante a reunião. Em seguida, a mesma fez a leitura da
33

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

34 pauta, que também foi aprovada. Passou-se então ao primeiro assunto, item **4.1 – Recomposição das Comissões**
35 **de Trabalho**; Inicialmente, Maria Amélia fez um destaque sobre o artigo do Regimento Interno que trata das
36 Comissões de Trabalho, explicando que são constituídas comissões permanentes e grupos de trabalho temporários
37 que tem por finalidade subsidiar o colegiado no cumprimento de suas atribuições. Lucineia ressaltou que os
38 estudos e pareceres elaborados pelas comissões devem ser apreciados e deliberados pelo colegiado, pois as
39 comissões não são deliberativas. Disse que os grupos de trabalho são criados com um objetivo específico e prazo
40 definido, citando como exemplo o grupo de trabalho que organizou a Roda de Conversa com Candidatos(as).
41 Maria Amélia destacou que as comissões permanentes são compostas, preferencialmente de forma paritária e que
42 todos(as) conselheiros(as), tanto titulares quanto suplentes, devem integrar pelo menos uma comissão. Em seguida
43 exibiu as comissões temáticas permanentes, explicando as atribuições de cada uma, de acordo com o regimento
44 interno. Passou então para a composição destas. A maioria dos(as) conselheiros e conselheiras presentes se
45 manifestaram e integraram algumas comissões, conforme interesse de cada um, porém, considerando que nem
46 todos(as) conselheiros(as) estavam presentes, definiu-se por atualizar o quadro e enviá-lo para todo o colegiado
47 para que assim todos possam integrar alguma comissão. Finalizado este assunto passou-se ao segundo item da
48 pauta: **4.2 – Orientações sobre Eleição Mesa Diretora CMAS – dia 05.11 em Reunião Ordinária**; Maria Amélia
49 explicou que conforme Regimento Interno, a eleição da mesa diretora ocorre na primeira reunião ordinária após a
50 renovação do colegiado, sendo assim, ficou definida a data de 05 de novembro para que esta ocorra. Em seguida
51 apresentou a composição da mesa diretora, que é formada por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo
52 Secretários e também os critérios e principais atribuições de cada membro da Mesa Diretora. Destacou que a
53 composição da mesa deve ser paritária, o mandato é de um ano, permitindo-se apenas uma recondução.
54 Esclareceu que, considerando que deve haver alternância entre poder público e sociedade civil, para este mandato
55 o cargo de presidente deve ser ocupado por representante da sociedade civil e para vice-presidente, representante
56 do poder público. Por solicitação de integrantes do colegiado, Maria Amélia informou quais conselheiros(as) estão
57 dentro dos critérios para concorrer, informando que para Presidente, somente a conselheira Yheda e o conselheiro
58 Oiter, possuem as condições necessárias para o cargo e para vice-presidente poderá concorrer as conselheiras
59 Cidinha, Juliana ou o conselheiro Luis Antônio. A mesma solicitou sugestões do colegiado para o formato dessa
60 eleição, uma vez que pelo regimento interno o voto deve ser secreto e a alternativa para uma eleição virtual seria
61 realizar a votação pelo formulário do google (*google docs*), porém, para a contagem dos votos a equipe da
62 Secretaria Executiva teria acesso à informação do voto de cada conselheiro(a). O conselheiro Carlos Eduardo
63 sugeriu realizar a reunião presencial em um local mais amplo, com as medidas de segurança necessárias, sendo
64 esta sugestão acatada e aprovada pelo colegiado. Foram sugeridos alguns locais, porém a Secretaria Executiva
65 verificará um local adequado para a realização da reunião e eleição presencial. Finalizado mais este item passou-
66 se então ao **4.3 – Devolutiva sobre encaminhamentos e reuniões realizadas**: O primeiro item **4.3.1 – Audiência**



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

67 com MP – Centro POP, foi apresentado pela Presidente Lucineia que participou da referida audiência com outras
68 integrantes do colegiado: Iara, Jane, Luzia, Yheda. Disse que também participaram representantes do Centro POP,
69 inclusive a conselheira empossada Ana Paula, além do Fórum da População em Situação de Rua e da Gestora da
70 Assistência Social e equipe. A audiência foi presidida pelo Promotor Carlos Gasparoto e na ocasião foi
71 apresentada a situação do Centro POP que atualmente está desalojado e também sobre o pagamento do aluguel do
72 espaço onde funcionava aquele serviço. Relatou que a mesma apontou a discordância do conselho com essa
73 situação, uma vez que o espaço não está sendo utilizado, porém mantêm-se os gastos de recursos públicos. Disse
74 que a justificativa apresentada para o aditamento do aluguel se dá uma vez que existe um contrato de locação, e
75 para entregá-lo será necessário fazer adequações, uma vez que ele não está em condições de uso. Destacou que o
76 serviço para a população em situação de rua é complexo e demanda articulação com outras políticas, porém o que
77 se percebe é que a responsabilidade recai somente na Assistência Social. Lucineia relatou que o Promotor Público
78 afirmou que será necessário avaliar e compreender melhor essa questão e para tal agendará uma reunião com o
79 Jurídico da Prefeitura e Gabinete. A Gestora Eliete pediu a palavra e informou que a Audiência com o Ministério
80 Público foi agendada para este dia 29 de outubro, às 14h, com a presença da mesma, de representantes da
81 Secretária de Negócios Jurídicos, Procuradoria Jurídica e Secretaria de Finanças. Disse que elaborou uma
82 documentação e abriu um processo no qual foi inserida toda a cronologia dos acontecimentos relacionados ao
83 serviço do Centro POP, inclusive com os boletins de ocorrência realizados. No processo ela solicita o apoio da
84 Secretaria de Negócios Jurídicos para que realizem os procedimentos necessários para a rescisão imediata do
85 contrato do imóvel do Centro POP e o pagamento da reforma, mediante avaliação de técnicos da Secretaria de
86 Planejamento. Pontuou que assim que começou a pandemia, verificou-se que o espaço do Centro POP não
87 possibilitava o distanciamento e as condições de higiene necessárias e o serviço foi reorganizado. Assim a mesma
88 solicitou que a guarda municipal fizesse a vigilância, porém aquele setor afirmou que fariam rondas e entrariam
89 no imóvel duas vezes ao dia, depois disso o local foi saqueado várias vezes. Disse que o custo para a secretaria
90 contratar a vigilância, seria muito alto, os gastos de vigilância e aluguel ficariam em mais de treze mil reais
91 mensais. O conselheiro Leandro, da Procuradoria Jurídica, se comprometeu em acompanhar e analisar o processo
92 em curso. Eliete afirmou que inicialmente pensaram em reorganizar o espaço do ginásio Demétrio Soares, para
93 retornarem para lá, porém não será possível, uma vez que a liga de vôlei retomará os treinos e aquele local é o
94 espaço oficial deles. Desta forma as atividades serão retomadas no Parque Fernando Costa, provisoriamente, e a
95 equipe está avaliando dois espaços para a sede do Centro POP, sendo a Mogiana e a Praça da Juventude no
96 Redentor. A secretária informou que existe um TAC com o MP de que todos os próprios públicos, cedidos para
97 outras organizações, devem retornar para o poder público até fevereiro de 2021, exceto aqueles que tem parceria
98 firmada por meio chamamento público, que permanecerão enquanto durar a vigência da parceria. Alguns
99 conselheiros foram se manifestando no chat, destacando a importância do acompanhamento dessa situação do



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

aluguel do Centro POP, pelo jurídico. Sobre a Praça da Juventude foi pontuado pelo conselheiro Carlos Eduardo que aquele não é um local adequado, pois se trata de um espaço de lazer e cultura que deve ser mantido. Vários conselheiros concordaram com ele. Lucineia pediu a Eliete que traga as novas informações, após a reunião, ficando assim definido. Passou-se então ao item **4.3.2 – Reunião com Secretária de Finanças – realizada dia 28.10 – 10h;** Lucineia esclareceu que as conselheiras Tina, Josiane e Luzia, com o apoio da Maria Amélia elaboraram um documento o qual apresenta a discordância do Conselho sobre a não implantação do coletivo da Residência Inclusiva e ainda solicita esclarecimentos sobre a Lei Complementar 173/2020, dentre outros. A conselheira Tina pontuou que ela e as outras conselheiras estiveram na Secretaria de Finanças, protocolaram o documento citado e conversaram sobre os temas pontuados pela Lucineia. Disse que a Secretária de Finanças reafirmou a impossibilidade de implantar o novo coletivo da Residência Inclusiva e que está respaldada pelo Ministério Público. Sobre a Lei 173.2020 da União, que definiu transferência de 38 milhões em recursos para o município utilizar na Política de Saúde e de Assistência Social, a Secretária informou que foi aplicado na Assistência Social e que as conselheiras deveriam verificar com a equipe da Gestão. Tina disse que relatou as dificuldades de execução dos recursos, da morosidade que tem ocorrido e em resposta a Secretária afirmou que isso é problema da gestão da assistência social. A conselheira não concorda com essa afirmação uma vez que o conselho tem conhecimento dos entraves e morosidade que ocorrem por parte das outras secretarias. Tina pontuou que a Assistência não tem prioridade nessa administração, pois nem o que foi orçado e aprovado para 2020, não está sendo cumprido. Por fim, afirmou que ela, a Jane e a Yheda elaboraram uma Carta Aberta que apresenta a indignação do CMAS sobre a não implantação da Residência Inclusiva, apesar da demanda urgente de pessoas com deficiência aguardando vagas e a mesma será apresentada para deliberação do colegiado. As conselheiras Luzia e Josiane complementaram as informações trazidas pela Tina. Eliete pediu novamente a palavra e reafirmou que o recurso da Lei 173/2020 não foi aplicado na Assistência Social, e que a única informação que ela tem é de que seria utilizado para a folha de pagamento dos servidores. Relatou que a Secretária de Finanças a procurou após essa reunião e a mesma solicitou a indicação de onde o recurso poderá ser utilizado. Assim surgiu a proposta de utilizá-lo para o reparo da Mogiana ou do local que será instalada a sede do Centro Pop, considerando que a situação da população em situação de rua se agravou com a pandemia. Lucineia pontuou que o conselho exerceu o seu papel de controle social e fiscalização uma vez que observa-se um movimento após a reunião ocorrida. Eliete destacou a importância do conselho na garantia da política de assistência social, pontuando que essa vigilância é primordial e o conselho vem mostrar o seu papel. Ana Paula destacou que o público para residência inclusiva também seria indicado para uso do recurso da Lei 173/2020, pois são pessoas com deficiência sem retaguarda para sobrevivência de forma autônoma, que se agravou com a pandemia. Tina destacou que o recurso daria para implantar o coletivo da residência inclusiva e organizar o espaço para população em situação de rua. Em resposta a um questionamento do conselheiro Óiter, Lucineia informou que existem 31 usuários na lista de espera para



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

133 residência inclusiva, Finalizando esse assunto, Maria Amélia fez a leitura da Carta Aberta, que em seguida foi
134 aprovada pelo colegiado e será divulgada. Passou então ao item **4.3.3 – Avaliação da Roda de Conversa com**
135 **Candidatos(as) a Prefeito(a) realizada dia 28.10 – 19h.** Lucineia disse que foi uma experiência desafiadora,
136 destacando o apoio da FEAPAES, tanto de estrutura física quanto do apoio dos técnicos. Agradeceu a equipe de
137 trabalho que organizou a roda de conversa e na sua avaliação o CMAS conseguiu cumprir com a proposta de
138 discutir e colocar a política de assistência social na pauta dos candidatos. A conselheira Irene pontuou que a roda
139 de conversa ficou gravada e está disponível no canal do you tube do CMAS. Após e cumprimentos e
140 manifestações no chat, a presidente deu por encerrada a reunião. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi
141 encerrada às dez horas e quarenta e cinco minutos (10h45). Eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-
142 executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada constará a lista de presença.